



Excepcionalidade nórdica: impactos do Estado de bem-estar social no ranking da felicidade

Pietro Fernandes Coelho-Santos

Economista, mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: pietro.fcs@gmail.com

Sabrina Faria de Queiroz

Economista, doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Professora Doutora no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: sabrinaqueiroz@ufu.br

Resumo: O presente artigo busca investigar a importância do Estado de bem-estar social nórdico, (gastos com proteção social, educação e saúde) para o desempenho alcançado em termos do indicador de felicidade dos países daquela região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) no Relatório Mundial da Felicidade publicado pela ONU. A metodologia englobou investigação teórica e empírica extensiva acerca do modelo nórdico e a excepcionalidade de seus países em diversos indicadores, com o intuito de verificar possíveis relações entre ambos, bem como análises estatísticas e regressões por Mínimos Quadrados Ordinários. Os resultados encontrados corroboram a hipótese da existência de relevância das políticas nórdicas sobre sua efetiva excepcionalidade no referido relatório.

Palavras-chaves: Economia da Felicidade; Estado de bem-estar social; países nórdicos.

Abstract: This article aims to investigate the importance of the nordic welfare state (spending on social protection, education and health) for the performance achieved in terms of the happiness indicator of the countries in that region (Denmark, Finland, Iceland, Norway and Sweden) in the World Happiness Report published by the UN. The methodology encompassed extensive theoretical and empirical research into the nordic model and the exceptionality of its countries in several indicators, with the aim of verifying possible relationships between them, as well as statistical analyzes and regressions using Ordinary Least Squares. The results found corroborate the hypothesis of the existence of relevance of Nordic policies regarding their effective exceptionality in that report.

Keywords: Happiness Economics; welfare state; nordic countries.

Classificação JEL: I38.

1. INTRODUÇÃO

A felicidade tem sido objeto de investigação do conhecimento sistematizado de origem europeia desde o seu princípio na Antiguidade Clássica greco-romana. No que concerne as Ciências Econômicas, Easterlin (2021) argumenta que, durante a sua fundação no princípio do século XIX, a felicidade era o seu ponto central - assim como era a felicidade das pessoas (Lima, 2007). Com efeito, tal objeto de investigação se encontra de forma ampla desde seu princípio nas obras de Adam Smith, bem como nas obras de outros grandes economistas do século como Thomas Malthus, David Ricardo, James Mill, John Stuart Mill e Jeremy Bentham.

Segundo Rojas (2019), nas últimas décadas do século XIX, os marginalistas engendraram um movimento de redirecionamento do foco acadêmico sobre a felicidade para uma negligência dela em favor de variáveis quantitativas com o intuito de estudar as escolhas de agentes econômicos. Com efeito, o autor defende que esse movimento provocou restrições consideráveis à capacidade da Ciência Econômica em abordar e trazer aportes significativos a respeito da felicidade individual e coletiva. Contudo, cabe, também, acrescentar que, embora o objetivo fosse compreender a determinação de preços e quantidades demandadas e ofertadas para os mercados, bem como a tomada de decisões econômicas, a felicidade (utilidade) das pessoas era justamente o fator que explicaria, afinal, todos esses elementos econômicos investigados por economistas do fim do século XIX, princípio do XX e em diante (Rojas, 2019).

Assim, somente a partir de 1974, com a inauguração do campo da Economia da Felicidade por Richard A. Easterlin, a temática voltou a ser objeto de investigação, mas com a inovação, possivelmente revolucionária, de aportar às investigações econômicas dados empíricos sobre a felicidade que pudessem confrontar as premissas, os estudos e os resultados anteriormente encontrados pela Economia convencional, que simplesmente a utilizava dedutivamente em premissas para a construção de modelos. Desde então, não obstante o crescimento significativo de pesquisas desenvolvidas nas principais universidades do mundo durante 50 anos, pesquisas nesta área são eminentemente incipientes ainda no

Brasil, de acordo com Lima (2007).

Posto isso, deve-se ressaltar que, a despeito das múltiplas definições a respeito do conceito de felicidade, a definição mais frequentemente usada em trabalhos acadêmicos na Economia da Felicidade e recomendada para avaliar o bem-estar nos países é: satisfação subjetiva geral com a vida/bem-estar subjetivo (individualmente reportado) apresentado em bases de dados e relatórios diversos. Essa proxy é utilizada em razão de que, dos múltiplos indicadores de bem-estar, a **satisfação geral com a vida**, uma vez que ela é mais sensível – quando comparada com emoções positivas ou negativas - a mudanças em vários fatores em nível institucional nacional e a decisões sobre políticas ou riquezas, além de que se apresenta de forma mais estável no tempo (Frey; Stutzer, 2002).

No caso específico do Relatório Mundial da Felicidade ou RMF (*World Happiness Report* ou WHR em inglês), produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2012, o Instituto Gallup promove pesquisas de opinião em que pessoas são abordadas e pedidas para fazer uma avaliação geral da sua vida, posicionando-se subjetivamente em uma escala Cantril de 0 a 10, em que 0 representa a pior vida possível para a pessoa e 10 a melhor (Martela et al. 2020). Assim, o resultado de cada país (na escala de 0 a 10) representa a média das respostas colhidas de seus cidadãos e aparece junto à posição de cada um no ranking do relatório.

A partir da discussão teórica apresentada, a presente pesquisa se une às anteriores conduzidas no campo da Economia da Felicidade, sobretudo, dentro da temática da contribuição institucional para o desenvolvimento socioeconômico observado a partir do indicador de felicidade. Por meio dela, buscou-se de forma geral compreender a importância do exitoso modelo de Estado de bem-estar social nórdico sobre a felicidade excepcional da região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) no RMF desde a sua primeira edição em 2012. Assim, a proposição é a obtenção de subsídios para formular propostas e referências de políticas públicas, a partir de sistemáticas investigações teóricas e empíricas, que possam contribuir para o aumento da felicidade dos países e de seus cidadãos no

referido relatório¹.

Para tanto, realizou-se uma revisão extensiva da literatura e análise de dados para investigar, por um lado, o Estado de bem-estar social nórdico e a excepcionalidade de seus países e, por outro, possíveis relações entre ambos. A partir disso, conduziu-se análises estatísticas e econométricas - esta via regressão linear múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com dados principalmente vindos do Relatório Mundial da Felicidade, OCDE e Banco Mundial para uma amostra de corte transversal no caso de 45 países em 2017.

A partir desses objetivos, a hipótese central definida neste trabalho é a de que existe relevância das políticas de bem-estar social, i.e., a essencialidade do Estado como garantidor tanto de condições básicas de sobrevivência como de desenvolvimento da população em termos de saúde, educação, renda e seguridade social para a geração de melhores níveis de satisfação de vida (felicidade) dos indivíduos - refletidos no ranking da felicidade presente no RMF.

Para tanto, o presente artigo divide-se em: introdução; uma segunda seção para investigar e analisar alguns aspectos dos países nórdicos como seu modelo de Estado de bem-estar social e sua excepcionalidade em diversos indicadores; uma terceira seção para expor a metodologia e a estratégia empírica, bem como a análise e interpretação dos resultados; uma seção para considerações finais; e referências.

2. ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E EXCEPCIONALIDADE DOS PAÍSES NÓRDICOS

2.1 Breve caracterização dos países nórdicos

Os países nórdicos são compostos pela Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia². O termo, enquanto entidade histórica e cultural, foi cunhado em meio aos

¹ Tais propostas de políticas públicas poderiam, por exemplo, auxiliar o Estado brasileiro a concretizar sua meta de atingir níveis superiores de felicidade e de bem-estar social para a sua população - como consta no preâmbulo da Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Com efeito, segundo o World Happiness Report (2023), os dados de 2023 indicam que o Brasil se encontra apenas em 49º lugar em termos de felicidade. Segundo dados do portal, seu índice de 6,125 encontra-se em um nível de satisfação geral com a vida alta (para efeito de comparação, o nível baixo se encontra de 1 a 4,5, o nível médio no intervalo de 4,5 a 6, e o alto de 6 a 8), porém com considerável margem para melhoramento.

² Bem como por territórios com diferentes graus de autonomia política, tais quais: Ilhas Feroe e Groelândia (Reino da Dinamarca), Lapônia (região, principalmente cultural, dos povos lapões/sami que se entende das regiões norte da Noruega, Suécia, Finlândia a um pequeno trecho Rússia) e Ilhas Åland (República da Finlândia)

movimentos nacionalistas do século XIX, quando diversas organizações foram criadas com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio entre tais países, sobretudo na parte cultural. Com efeito, ideias para políticas também eram compartilhadas na região por meio de reuniões regulares dos ministros sociais nórdicos a partir de 1919, bem como via redes de contato informal entre os próprios servidores públicos³ (Hilson, 2008).

O autor ressalta ainda que a categoria nórdica não foi um mero resultado de uma construção ideológica do século XIX com uma base de similaridade linguística, mas também de uma longa história de conflitos e cooperações - inclusas neste contexto diversas formas de união política como: i. anexação da Finlândia ao Reino da Suécia (século XIII a 1809); ii. União de Kalmar (1397-1523) que, por uma série de uniões pessoais, uniu os Reinos da Dinamarca, Noruega e Suécia; iii. união constitucional dos Reinos da Dinamarca e Noruega (1536-1814), que incluíam também a Groelândia, a Islândia e as Ilhas Feroe; iv. união dos Reinos da Suécia e Noruega (1814-1905) (Lindmark, 2015).

Com efeito, os cinco países compartilham uma série de elementos comuns que os caracterizam enquanto países nórdicos como apresentado na tabela abaixo. O primeiro deles é expresso pelo capital humano, em função de uma origem etnolinguística germânica do norte europeu compartilhada (com adição a características próprias do povo finlandês). Ressalta-se que, para além de um alto compartilhamento genético, cada um deles apresenta também grande homogeneidade étnica dentro de seus territórios com mais de 81% de suas populações pertencentes aos mesmos grupos.

Destaca-se que no século XVI, todos os países nórdicos passaram pela Reforma Protestante, momento em que os seus monarcas se converteram ao Luteranismo e em que os laços entre Estado e Igreja passaram a se fortalecer – fator que irá influenciar sobremaneira a visão dos cidadãos e governantes para a construção de seus Estados de bem-estar social (Markkola, 2001). Quanto à política, eles se dividem entre Monarquias

(Lindmark, 2015).

³ No caso da Finlândia, tais contatos serão de fundamental importância, principalmente da Suécia, para ajudá-lo em sua trajetória rumo à ideia de um modelo “nórdico” (Hilson, 2008).

Constitucionais Parlamentaristas Unitárias (MCPUs) e Repúblicas Parlamentaristas Unitárias (RPUs). As áreas e populações dos 5 países são relativamente pequenas, sendo casos de alguma exceção a Islândia por ser uma ilha de tamanho menor, e a Suécia por ter um território e população maiores.

Com respeito à economia, política externa e de defesa, a média do PIB (em termos nominais de 2021) desses países é de 352 bilhões de dólares. Não obstante os desvios da média no caso da Islândia e da Suécia, quando balizados por suas populações, os desvios se reduzem em convergência à média de PIB per capita de US\$63.518 - a Noruega se sobressai com os seus mais de 79 mil dólares graças às suas receitas advindas de exportação de petróleo e gás (Kuhnle, 2007).

Tabela 1: síntese de dados gerais dos países nórdicos

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
Língua oficial	Dinamarquês	Finlandês Sueco	Islandês	Norueguês	Sueco
Homogeneidade étnica	85,6%	91,5%	81,3%	81,5%	80,3%
Religião	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana	Protestante luterana
Tipo de governo	MCPUs	RPU	RPU	MCPUs	MCPUs
Área (Km ²)	43.094	338.145	103.000	323.802	450.295
População	5.920.767	5.601.547	357.603	5.553.840	10.483.647
PIB (bilhões - US\$)	378,7	304,8	21,4	428,1	626,6
PIB per capita	64.681	55.981	57.615	79.163	60.150
Inflação	1,9%	2,2%	4,4%	3,5%	2,2%
Cooperação Nórdica	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
OCDE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
União Europeia	Sim	Sim	Não	Não	Sim
OTAN	Sim	Sim	Sim	Sim	Adesão em análise

Fonte: elaboração própria com base nos dados de CIA (2022), NORDIC Co-operation (2022) OECD (2022), União Europeia (2022) e Nato (2023).

2.2 Caracterização geral do modelo nórdico de Estado de bem-estar social

Para Hilson (2008), as particularidades do modelo de Estado de bem-estar social nórdico podem ser sintetizadas em cinco pontos, são eles: i. os benefícios sociais são

provados de forma majoritária pelo setor público, de modo que sobre pouco espaço (necessidade) para a iniciativa privada e as famílias se encarregarem de atividades filantrópicas ou voluntárias; ii. a abrangência dos benefícios é universal (inclusos programas sociais, aposentadorias, sistema de saúde, sistema educacional, auxílio para cuidado de filho(s) e seguro saúde), i.e., sem distinção de renda ou capacidade contributiva, de modo que o Estado de bem-estar social nórdico seja redistributivo e produtor de sociedades com relativo alto grau de igualdade; iii. o financiamento principal do modelo provém de alta tributação em geral, e não via encargos e contribuições trabalhistas; iv. o objetivo dos Estados neste modelo nunca foi entendido como uma rede de proteção para os menos favorecidos, mas como parte vital da política econômica do pós-guerra, de forma a engendrar altos níveis de crescimento econômico, baixo desemprego (via políticas ativas de mercado de trabalho por meio de educação e treinamento para os trabalhadores) e alto padrão de vida; v. quanto à igualdade de gênero, as políticas de bem-estar social nórdicas tiveram relativo sucesso para construir modelos familiares de base dual para o sustento financeiro, de sorte que o direito das mulheres à benefícios é baseado em sua condição de cidadãs independentes (em contraposição a serem consideradas como esposas, viúvas ou mães de trabalhadores masculinos).

No tocante aos elementos basilares do pensamento por trás dos Estados de bem-estar social nórdicos, Hilson (2008) argumenta que eles partiram de uma extraordinária ambição para suas metas sociais. Ainda que sua legislação social do fim do século XIX tenha tido o objetivo de aliviar riscos sociais (efeitos da pobreza), ele foi ultrapassado no período entreguerras por outro muito mais ousado: a política social passou a ser uma ferramenta profilática, isto é, para prevenção das causas de males sociais (especialmente nas políticas profiláticas de saúde, como nos casos em que todos os cinco países passaram por formas de controle estatal sobre o consumo de álcool), não somente sobre as suas consequências, de modo que o Estado, investido de um caráter paternalista e de tutelagem, pudesse criar melhores cidadãos.

De forma mais específica, o quadro abaixo busca sintetizar instituições de bem-estar

social encontradas nos referidos países e os investimentos multidimensionais feitos por seus Estados – no intuito também de apresentar possibilidades de aplicação para demais países.

Quadro 1: Resumo de instituições nórdicas de bem-estar social para auxiliar outros países a tomarem um caminho semelhante ao nórdico

Categoria	Instituições do Estado de bem-estar social nórdico
Estado (qualidade institucional, confiança, financiamento)	<p>Medidas anticorrupção: liberdade de imprensa, fim de privilégios políticos, introdução de burocracia weberiana no setor público (empregos para servidores públicos com salários fixados e acesso via processos seletivos meritocráticos - não por privilégios/indicação) e alta fiscalização dos poderes.</p> <p>Características buscadas: previsibilidade, racionalidade e transparência nas decisões do Estado.</p> <p>Financiamento principalmente via alta tributação em geral (com alta progressividade) e não por encargos e contribuições trabalhistas.</p>
Trabalho e seguridade social (equilíbrio entre trabalho e vida pessoal)	<p>Foco estatal para a busca de pleno emprego.</p> <p>Uso de sindicatos e associações patronais fortes e centralizadas para coordenação/negociação salarial.</p> <p>Uso de políticas de mercado de trabalho ativo para a formação permanente da mão de obra e a realocação da mão de obra dispensada no processo de modernização constante da economia.</p> <p>Férias com pagamento automático e bastante generoso.</p> <p>Bom sistema de aposentadoria financiado pelos patrões.</p> <p>Carga horária semanal média efetiva de trabalho para sua mão de obra de 34 horas.</p> <p>Provisão de ampla liberdade de mudança de carreira para seus cidadãos e modelo “flexiseguro”: benefícios de desemprego generosos (e acima da média europeia) que proporcionem uma situação em que uma mudança de emprego não cause nenhum efeito sobre o direito à aposentadoria ou a férias remuneradas; facilita a demissão por parte das empresas, mas garante amparo aos trabalhadores até seu novo emprego.</p>
Educação	<p>Alto investimento em educação para acúmulo de capital humano e “capacidade tecnológica”, público e privado.</p> <p>Apoio estatal direto para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.</p> <p>Investimento na formação permanente de sua mão de obra, o que é feito tanto pelo governo, quanto por sindicatos e</p>

Categoria	Instituições do Estado de bem-estar social nórdico
	empresas.
	Creches, escolas e universidades são ofertadas universalmente sem cobranças adicionais (ou subsidiadas).
	Bolsa de estudos universal para estudantes universitários.
Saúde	Alto investimento em saúde, bem como para a disponibilidade de médicos por 1.000 habitantes.
	Médicos e hospitais são ofertados universalmente sem cobranças adicionais (ou subsidiadas).
	Uso de base de dados computadorizada, eficiente e transparente para a saúde (aberta ao público e aos profissionais da área).
Globalização	Busca por uma combinação de apoio mútuo entre mecanismos de compartilhamento coletivo de riscos e abertura para globalização: o primeiro ajudaria os referidos países a tornar a globalização (abertura econômica, em <i>lato sensu</i> , geralmente necessária para países pequenos e de poucos recursos naturais) em um processo mais aceitável para seus cidadãos - uma vez que facilita a condução de ajustes compensatórios (proteção social contra os riscos associados à abertura comercial/livre-comércio) - enquanto suas economias se beneficiam de mudanças nos mercados, o que aumenta a produtividade (mormente, nas áreas de tecnologia da informação e de desenvolvimento tecnológico, onde eles se encontram em posição de vanguarda) e, por conseguinte, a renda.
Igualdade	Reforma agrária.
	Foco no melhoramento para a distribuição de renda.
	Uso de cotas de gênero nos partidos políticos.
	Legislação para a garantia de liberdades individuais para que os cidadãos possam ter o gênero que queiram e se casarem com quem queiram.
Imigrantes	Extensão do acesso a toda as instituições de bem-estar social para imigrantes.
	Subsídio para aulas do idioma nacional para imigrantes.
Família	Oferta de benefícios para o custeio de despesas com filhos;
	Oferta de licença maternidade, paternidade (inclusa uma cota-obrigatória) e parental remuneradas e extensas.
Meio-ambiente	Altos investimentos e legislação de proteção ambiental para a mitigação de externalidades ambientais negativas.
Bem-estar geral	Investimento em design em construções públicas para o aumento do bem-estar.

Categoria	Instituições do Estado de bem-estar social nórdico
	Uso de subsídios para atividades culturais a nível de produção, distribuição, e venda de ingressos.

Fontes: elaboração própria com base em Andersen *et al.* (2007), Kuhnle (2007), Hilson (2008), Bergh (2011), Russel (2016), Nøhr (2017).

2.3 Excepcionalidade nórdica no Relatório Mundial da Felicidade e em outros indicadores

Em se tratando especificamente das informações fornecidas pelo RMF, algumas particularidades podem ser observadas (World Happiness Report, 2023): i. pode-se observar que desde o início da publicação do Relatório Mundial da Felicidade, cinco países sempre estiveram basicamente entre os 10 mais bem classificados no ranking mundial da felicidade, são eles os países nórdicos; ii. os primeiros três lugares dos rankings de 2012, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2023 foram ocupados por países nórdicos, i.e., em mais da metade dos relatórios; iii. a média nórdica passou por uma tendência de aumento no período, passando de 7,51 para 7,53.

Posto isso, parte da compreensão para tal excepcionalidade no campo da felicidade se deve a um desempenho igualmente extraordinário em diversos rankings nas áreas econômica, política, social e educacional. Dessa forma, a partir da tabela 2 com os dados mais recentes disponíveis, alisar-se-á as posições desses países em 12 rankings incluídos em algumas das categorias elencadas na revisão da literatura e que possuem influência na felicidade, nomeadamente:

- i. econômica (PIB – Banco Mundial – 2020 ou valor mais recente; PIB per capita – Banco Mundial – 2020; salário médio anual – OCDE – 2020; Gini – Banco Mundial – 2016-2021; gastos públicos sociais como porcentagem do PIB ou GPS – OCDE – 2017-2019);
- ii. política (índice de democracia ou ID – OCDE – 2021; confiança no governo – OCDE – 2020; índice de percepção de corrupção ou IPC – Transparency International -2021);
- iii. social (IDH – ONU – 2019; índice global de paz ou IGP - Institute for Economics and Peace – 2022; índice de desigualdade de gênero ou IDG – ONU – 2019);
- iv. educacional (Sistemas Nacionais de Educação Superior ou Educação Superior – Universitas21 – 2020).

Tabela 2: Países nórdicos em rankings socioeconômicos, políticos e educacional

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia
PIB	35º	42º	110º	32º	22º
PIB <i>per capita</i>	13º	22º	19º	11º	17º
Salário médio anual	6º	16º	2º	7º	15º
Gini	13º	11º	9º	12º	21º
GPS	4º	2º	25º	9º	8º
ID	6º	3º	5º	1º	4º
Confiança no governo	5º	3º	12º	2º	6º
IPC	1º	1º	13º	4º	4º
IDH	10º	11º	4º	1º	7º
IGP	4º	14º	1º	17º	26º
IDG	2º	7º	9º	6º	3º
Educação Superior	3º	8º	-	11º	5º

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Banco Mundial (2022), OCDE (2022), The Economist (2022), Transparency International (2022), ONU (2022), Institute for Economics and Peace (2022), Universitas21 (2022).

Com relação aos rankings de caráter econômico, observa-se que as nações nórdicas possuem alguma diferença no tocante as suas posições referentes a PIB. Primeiramente, aparece a Suécia em 22º muito em função de sua maior população e área, depois Noruega em 32º com o seu diferencial de ser exportador de petróleo e gás, então seguem Dinamarca e Finlândia em 35º e 42º, enquanto, por fim, a Islândia se situa em 110º por sua pequena população e menor ainda área produtiva. Não obstante tais classificações em termos totais, todos os cinco se encontram entre os 25 países de maior PIB per capita do mundo. Esse dado indica, ainda, que a produtividade individual é relativamente maior em comparação com muitos países de maior PIB total, de modo que cada trabalhador deles consegue produzir um volume anual de bens e serviços substancialmente superior. Com relação a tal disparidade, parte da explicação possivelmente se sustenta em semelhante desproporção em indicadores relacionados à educação.

O ranking de salários médios anuais aparentemente é consoante com a hipótese de alta produtividade dos nórdicos, uma vez que eles fazem parte dos maiores recebedores de salário. Destacam-se a Islândia, a Noruega e a Dinamarca por estarem dentro dos 6 maiores salários do mundo. Com respeito ao Gini, observa-se que os cinco países estão entre as

nações com melhor distribuição. Quanto aos GPS, com exceção à Islândia em 25º, todos os demais conseguiram se classificar entre os 10 maiores investidores sociais. Salienta-se, ainda, o fato da Finlândia e da Dinamarca terem obtido, respectivamente, os 2º e 4º lugar.

No tocante às classificações na categoria política, os 5 países nórdicos apresentaram posições bastante altas. Não apenas ficaram entre as 15 melhores posições em todos os três indicadores, mas ocuparam o pódio nos três rankings: i) no ID, a Noruega ficou em 1º lugar e Finlândia em 3º; ii) quanto à confiança no governo, a Noruega esteve em 2º e a Finlândia em 3º; iii) a Dinamarca e Finlândia ficaram na 1ª posição com relação à percepção de corrupção.

A categoria social apresentou o quinteto nórdico basicamente entre os 20 mais bem classificados. Noruega, Islândia, Suécia e Dinamarca estão entre os 10 países de maior desenvolvimento humano do mundo. A Islândia e a Dinamarca ocuparam as posições 1 e 4 de países mais pacíficos do mundo, enquanto todo o quinteto apareceu entre os 10 países com menor desigualdade de gênero. Por último, na parte educacional, os dados disponíveis indicam que Dinamarca, Suécia e Finlândia estão entre os 10 países de melhor Educação Superior, enquanto a Noruega aparece em 11º.

Dessa forma, a tabela 2 permitiu demonstrar que os países nórdicos possuem um conjunto de excelentes posições em rankings socioeconômicos, políticos e educacionais que podem auxiliar a fundamentação de sua excepcionalidade quanto as suas colocações em termos de felicidade. Dentre as 12 classificações analisadas, em 9 delas ao menos 1 país nórdico esteve entre as 3 primeiras posições, enquanto em 4 delas havia pelo menos 2 deles. Tais resultados foram ao encontro das conclusões de Martela et alii (2020), cuja análise demonstrou um ciclo virtuoso de retroalimentação entre diversos bons indicadores sociais, institucionais e culturais para o quinteto nórdico.

Em consonância com a tabela anterior, a tabela 3 permite uma investigação mais aprofundada sobre 9 aspectos socioeconômicos, institucionais e políticos que possam contribuir em parte para a sustentação de um ciclo virtuoso que engendre altas posições no

ranking de felicidade no caso dos países nórdicos: i. salário médio anual em dólares⁴ (OCDE – 2020); ii. Gini (Banco Mundial – 2016-2021); iii. médicos ou quantidade de médicos por 1.000 (OCDE – 2014-2021); iv. GPS⁵ (OCDE – 2017-2019); iii. investimento em saúde anual como proporção do PIB (Banco Mundial – 2017-2020); iv. investimento em educação como proporção do PIB (Banco Mundial – 2018-2020); v. taxa de ocupação feminina em posições de gestão ou TOFPG (ILO – 2021); vi. TOFPP (Taxa de ocupação feminina em postos parlamentares – IPU Parline – 2022); vii. confiança no governo em porcentagem da população (OCDE – 2020).

Tabela 3: Países nórdicos em indicadores socioeconômicos, políticos e educacional

Indicador/País	Dinamarca	Finlândia	Islândia	Noruega	Suécia	Média
Salário médio anual	58.430	46.230	67.488	55.780	47.020	54.990
Gini*	27,7	27,7	26,1	27,7	29,3	27,7
Médicos	4,2	3,2	3,9	5,1	4,3	4,1
GPS	28,3	29,1	17,4	25,3	25,5	25,1
Investimento em saúde	10,6	9,6	9,8	11,3	11,4	10,5
Investimento em educação	7,8	6,3	7,6	7,6	7,6	7,4
TOFPG	28,2	36,5	37,6	33,5	43	35,8
TOFPP	39,7	45,5	47,6	45	46,1	44,8
Confiança no governo	71,6	80,9	59,2	82,9	67,1	72,3

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Banco Mundial (2022), ILO (2022), OCDE (2022) e IPU Parline (2022).

* O Índice de Gini se apresenta tradicionalmente em uma escala de 0 a 1 (0 sendo a completa igualdade de renda e 1 a completa desigualdade de renda), mas a base de dados do Banco Mundial apresenta os dados em uma escala de 0 a 100.

⁴ Indicador mensurado em preços constantes em dólares usando o ano-base de 2016 e a Paridade de Poder de Compra para consumo privado no mesmo ano (OECD, 2022).

⁵ “Os gastos sociais incluem prestações pecuniárias, fornecimento direto em espécie de bens e serviços e isenções fiscais com fins sociais. Os benefícios podem ser direcionados a famílias de baixa renda, idosos, deficientes, doentes, desempregados ou jovens. Para serem considerados "sociais", os programas têm de envolver ou a redistribuição de recursos entre as famílias ou a participação obrigatória. Os benefícios sociais são classificados como públicos quando as administrações públicas (ou seja, governos centrais, estaduais e locais, incluindo fundos de previdência social) controlam os fluxos financeiros relevantes. Todas as prestações sociais não concedidas pelas administrações públicas são consideradas privadas. Transferências privadas entre famílias não são consideradas "sociais" e não estão incluídas aqui. Também são incluídos os efeitos do sistema tributário por tributação direta e indireta e por benefícios fiscais para fins sociais” (tradução própria) (OECD, 2022).

Em primeiro lugar, observa-se que o salário médio anual dos países nórdicos é de US\$54.990. Neste indicador, apresenta-se uma considerável diferença entre o maior salário de US\$67.488 (Islândia) e o menor US\$46.230 (Finlândia). Já o índice de Gini, de modo análogo as colocações em seu ranking na tabela 2, do quinteto nórdico demonstra boa distribuição de renda, em razão de todos eles terem conseguido marcas inferiores a 30. Quanto à disponibilidade de médicos, a média dos países se situa em 4,1 por 1.000 habitantes. No tocante ao GPS, os dados indicaram uma média de 25,1%, basicamente um quarto, de gastos sociais como proporção ao PIB e uma diferença de mais de 10 pontos percentuais entre a maior (29,1% na Finlândia) e a menor (17,4% na Islândia) porcentagem. Ainda na área da saúde, a média indica que eles investem 10,5% de seu PIB para ela. No tocante à formação de seus cidadãos, o investimento médio em educação é de 7,4% do PIB, enquanto a Finlândia investe menos de 1 ponto percentual por 1.000 *vis à vis* aos seus pares – o mesmo país também teve o menor investimento em saúde.

Com relação à questão de gênero no trabalho, a TOFPG média foi de 35,8%. Neste indicador, houve uma razoável disparidade entre o valor superior da Suécia com 43% e o valor inferior da Dinamarca com 28,2% para a ocupação feminina em cargos de gestão. Resultado semelhante, ainda que mais brando, é encontrado com relação à TOFPP em que a Dinamarca aparece com a menor porcentagem de representação feminina no grupo, enquanto a média fica relativamente próxima aos 50%.

Por último, no tocante à confiança dos cidadãos em seu governo, observa-se a tendência de os países nórdicos possuírem mais da metade de sua população confiante em seus governos. Sua média chegou a 72,3% - possível reflexo do quinteto nórdico se encontrar entre os 13 países com mais baixa percepção de corrupção de acordo com a tabela anterior. Com a maior porcentagem, a Noruega chegou a 82,9%, enquanto a Islândia representou a mais baixa, 59,2%.

Dessa forma, os dados da tabela 3 indicam que os 9 aspectos socioeconômicos, institucionais e políticos analisados oferecem certa ilustração do investimento multidimensional feito pelo Estado de bem-estar social nórdico que possa favorecer em

parte a sustentação de um ciclo virtuoso que engendre altas posições no ranking de felicidade no caso do quinteto nórdico. Em meio aos indicadores investigados, três deles se sobressaem, são eles: i. os GPS, em razão dos países nórdicos aplicarem em média mais de um quarto de seu PIB em investimentos sociais; ii. a TOFPP, por indicar a aproximação do quinteto à completa igualdade de gênero na representação em seus parlamentos; iii. a confiança no governo, em função da média dos cidadãos nórdicos que confiam em seus governos superar os 72%.

3. ESTIMAÇÕES E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente seção tem por objetivo investigar os determinantes da felicidade para uma amostra de países, sobretudo, as variáveis ligadas ao Estado de bem-estar social, no intuito de melhor compreender a excepcionalidade nórdica já tratada na seção anterior e seu possível papel na obtenção das primeiras posições no ranking do Relatório Mundial da Felicidade para os cinco países. Neste sentido, serão utilizadas variáveis associadas aos condicionantes apontados pela literatura da Economia da Felicidade, as quais possuem importante potencial determinante para a felicidade.

Assim, para o ano de 2017, poder-se-á conduzir análises de estatísticas descritivas, testes estatísticos e metodologia econométrica referente a Modelos de Regressão Linear Múltipla com Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) referenciada na revisão da literatura (Lima, 2007; Campetti; Alves, 2015)

3.1 Metodologia e estratégia empírica

As bases de dados selecionadas foram: i. Relatório Mundial da Felicidade para a variável de Felicidade (Fel); ii. OCDE para PIB *per capita* (PIBpc), Desemprego (Des), Gini (Gin), Gastos Públicos Sociais como Porcentagem do PIB (GPS), Investimento em Saúde (ISau), Investimento em Educação (IEdu); iii. *The Economist* para o Índice de Democracia (ID); iv. *Transparency International* para o Índice de Percepção de Corrupção (IPC); v. Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) para o Índice de Paridade de Gênero⁶ (IPGen);

⁶ O relatório original em Inglês do Fórum Econômico Mundial, sediado na Suíça, chama-se *Global Gender Gap*

v. *Institute for Economics and Peace* para o Índice Global da Paz (IGP); vi. Banco Mundial para a complementação de dados referentes ao Gini e ao desemprego de certos países⁷.

Uma vez selecionada a base estatística da OCDE como principal referência em função de suas variáveis relacionadas ao Estado de bem-estar social, o ano de 2017 foi escolhido por se tratar do mais recente com dados disponíveis para toda a amostra de países do portal virtual. Dessa forma, as variáveis utilizadas para as análises estatísticas e econométricas e o sinal esperado, com base na literatura da Economia da Felicidade, para seus coeficientes são descritas no quadro abaixo. Cabe, também, ressaltar que elas se subdividem em cinco grupos: i. econômicas (PIBpc, Des e Gin); ii. relacionadas diretamente ao Estado de bem-estar social nórdico (GPS, ISau e IEdu); iii. políticas (ID e IPC); iv. social (IPGen); v. ambiental-social (IGP).

Quadro 2: Variáveis para a análise estatística e econométrica

Variável	Descrição	Sinal Esperado	Pesquisas
Fel	Média dos níveis de satisfação subjetiva geral com a vida reportados no país, medida em escala de 1 a 10.	(variável dependente)	(variável dependente)
PIBpc	PIB <i>per capita</i> a preços correntes em dólares estadunidenses (paridade do poder de compra).	Positivo	Easterlin (1974); Frey e Stutzer (2002); Corbi e Menezes-Filho (2006); Lima (2007); Stutzer e Frey (2012); Campetti e Alves (2015); Easterlin (2021)

Report. A opção de tradução por Índice de Paridade de Gênero foi feita em função dele pontuar os países em uma escala de 0 (desigualdade) a 1 (paridade), de modo que o ranking apresentado seja decrescente em valor, *i.e.*, dos países com a maior paridade de gênero para aqueles com a menor paridade.

⁷ Dados muito próximos aos encontrados na base de dados da OCDE.

Variável	Descrição	Sinal Esperado	Pesquisas
Des	Taxa de desemprego medida com base na população economicamente ativa/força de trabalho.	Negativo	Frey e Stutzer (2002); Corbi e Menezes-Filho (2006); Lima (2007); Stutzer e Frey (2012); Easterlin (2021)
Gin	Coeficiente de Gini em uma escala de 0 a 1, onde 0 significa a completa igualdade de renda e 1 a completa desigualdade de renda.	Negativo	Frey e Stutzer (2002); Easterlin (2021)
GPS	Gastos Públicos Sociais como porcentagem do PIB. São incluídas prestações pecuniárias, fornecimento direto de bens e serviços, benefícios fiscais com fins sociais e efeitos de tributação direta e indireta (não inclusos investimento em saúde e educação).	Positivo	O'Connor (2017); Martela <i>et al.</i> (2020); Easterlin (2021)
ISau	Investimento governamental em saúde anual como proporção do PIB. São incluídos os gastos públicos e seguro de saúde obrigatório.	Positivo	Frey e Stutzer (2002); Stutzer e Frey (2012); Campetti e Alves (2015); Easterlin (2021)
IEdu	Investimento governamental em educação anual como proporção do PIB no ensino primário ao terciário. São incluídos gastos públicos diretos em instituições educacionais e subsídios públicos relacionados à educação concedidos às famílias e administrados por instituições educacionais.	Positivo	Frey e Stutzer (2002); Lima (2007); Stutzer e Frey (2012); Easterlin (2021)
ID	Índice de democracia medido em uma escala de 0 a 10. Constituído pela média de 60 indicadores (em escala de 0 a 10) agrupados em cinco categorias: i. processo eleitoral e pluralismo; ii. liberdades civis; iii. funcionamento do governo; iv. participação política; v. cultura política.	Positivo	Frey e Stutzer (2002); Martela et alii (2020)

Variável	Descrição	Sinal Esperado	Pesquisas
IPC	Índice de Percepção da Corrupção medido em uma escala de 0 a 100, onde 0 representa uma percepção de alta corrupção no governo e 100 de ausência de corrupção. O índice é resultado da consulta a especialistas e pesquisas de opinião.	Positivo	Martela <i>et al.</i> (2020)
IPGen	Índice de Paridade de Gênero medido em uma escala de 0 (completa desigualdade de gênero) a 1 (completa paridade de gênero). O mesmo se baseia em 4 dimensões de análise presentes em questionários realizados com a população: i. saúde e sobrevivência; ii. participação e oportunidade econômica; iii. realização educacional; iv. empoderamento político.	Positivo	Audette <i>et al.</i> (2018)
IGP	Índice Global da Paz medido em uma escala de 1 (completamente pacífico) a 5 (completamente não pacífico). Ele abrange 23 indicadores para a ausência de violência ou medo de violência divididos em três dimensões: i. conflitos domésticos e internacionais em curso; ii. segurança social; iii. militarização.	Negativo	Aribe Jr. e Panes (2019)

Fonte: elaboração própria com base nos trabalhos de Easterlin (1974), Frey e Stutzer (2002), Corbi e Menezes-Filho (2006), Lima (2007), Stutzer e Frey (2012), Campetti e Alves (2015), O'Connor (2017), Audette *et al.* (2018), Aribe Jr. e Panes (2019), Martela *et al.* (2020), Easterlin (2021); e com base nos dados do Banco Mundial (2022), Happiness Report (2022), Institute for Economics na Peace (2022), OECD (2022), The Economist (2022), Transparency International (2022), World Economic Forum (2022).

A partir das variáveis elencadas no quadro supracitado, construiu-se a tabela de dados completos para 45 países em 2017, sendo que os países advêm de seis grupos⁸:

- i. Grupo 1 para países nórdicos: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia;

⁸ Para estimações estatísticas posteriores, haverá mais um grupo 7 para “mundo”, *i.e.*, para todos os 45 países da amostra.

- ii. Grupo 2 para países asiáticos: China, Coréia do Sul, Japão, Índia, Israel, Turquia;
- iii. Grupo 3 para Canadá e Estados Unidos: Canadá, Estados Unidos;
- iv. Grupo 4: para países europeus: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia e Suíça;
- v. Grupo 5 para países latinos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México;
- vi. Grupo 6 para países oceânicos: Austrália, Nova Zelândia.

Cabe ressaltar que, uma vez escolhida a base de dados da OCDE como principal, a amostra de 45 países foi basicamente composta por aqueles disponíveis nela - acrescidos de alguns poucos que estavam disponíveis na maioria das variáveis elencadas para análise, para os quais adotou-se a estratégia de utilizar dados com a menor defasagem possível, o uso de média de anos próximos ou do agrupamento continental, ou ainda buscou-se dados muito semelhantes na base estatística do Banco Mundial (Gini e taxa de desemprego).

Já quanto à ausência do grupo de países africanos, infelizmente, ele não pode ser incluído na amostra, pois, com exceção à África do Sul, nenhum deles estava presente nas amostras de pelo menos 7 das 10 variáveis de possíveis condicionantes da felicidade. Com respeito à África do Sul, optou-se por retirá-la em função dela não ter mais países de seu continente que pudessem prover uma média continental e auxiliar no preenchimento das variáveis que faltavam para ela, além de que não seria possível realizar os testes de média com uma série de apenas um país.

Ademais, deve-se mencionar que o Índice de Desigualdade de Gênero da ONU utilizado em tabelas anteriores não foi selecionado para entrar no conjunto de possíveis variáveis explicativas da felicidade em razão da base de dados da ONU disponibilizar apenas seu índice mais recente (de 2019). Contudo, como tanto a literatura sobre a Economia da Felicidade quanto a seção 2 ressaltaram a importância da questão de gênero para a

felicidade e para o modelo de Estado de bem-estar social nórdico, fez-se necessário encontrar outro indicador em substituição ao IDG, nomeadamente: o Índice Global de Paridade de Gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e com dados disponíveis para o ano de 2017.

Para possibilitar as análises econométricas, adotou-se o procedimento de regressão linear múltipla por MQO, conforme a seção de revisão da literatura aplicada. Assim, o modelo será estimado para uma amostra de 45 países e em corte transversal de dados para o ano de 2017 e irá assumir como determinantes da felicidade as 10 variáveis explicativas anteriormente apresentadas com a adição do termo de erro (u) na equação (1):

$$Fel = \beta_0 + \beta_1 PIBpc + \beta_2 Des + \beta_3 Gin + \beta_4 GPS + \beta_5 ISau + \beta_6 IEdu + \beta_7 ID + \beta_8 IPC + \beta_9 IPGen - \beta_{10} IGP + u \quad (1)$$

3.2 Análise de resultados

A tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas básicas referente aos dados coletados e sistematizados da variável dependente e das variáveis independentes do modelo para os 45 países no ano de 2017. Sobre a variável explicada, observa-se que a média da felicidade se aproxima do valor encontrado para Taiwan (6,422) no Relatório Mundial da Felicidade de 2017, onde se posicionou em 33º lugar entre os 155 países analisados. Com respeito às variáveis explicativas, destaca-se o fato da tabela 3 demonstrar razoável diversidade na amostra de países – a exceção apresenta ser o investimento em educação, cuja diferença entre o valor máximo e mínimo indica mudança de basicamente apenas 2,5 pontos percentuais de investimento com respeito ao PIB entre os países.

Tabela 4: Estatística descritiva para a amostra de 45 países em 2017

Variável / Estatística	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Fel	6,429	0,815	4,315	7,537
PIBpc	40.164,86	19.120,85	6.299,04	114.862,53
Des	0,070	0,036	0,028	0,218
Gin	0,336	0,070	0,220	0,533
GPS	0,193	0,058	0,075	0,315
ISau	0,061	0,023	0,000	0,139
IEdu	0,040	0,008	0,028	0,064
ID	7,710	1,411	3,100	9,870
IPC	62.778	17.418	29.000	89.000
IPGen	0,733	0,052	0,625	0,878
IGP	1,713	0,458	1,097	2,975

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial, Happiness Report, Institute for Economics na Peace, OECD, The Economist, Transparency International, World Economic Forum.

Com respeito à tabela 5, pode-se observar que a excepcionalidade nórdica já analisada na seção 2 se reforça e se torna mais evidente em função de possibilitar a comparação das médias dos países nórdicos (grupo 1) com as dos demais grupos (asiáticos - 2, Canadá-EUA - 3, europeus - 4, latinos - 5, oceânicos - 6, mundo - 7). Com efeito, com exceção a quatro valores identificados por um asterisco (*), o quinteto nórdico obteve desempenho melhor *vis à vis* aos demais grupos de países em todas as variáveis. Em geral, os grupos mais próximos aos nórdicos são o Canadá-EUA (3) e os oceânicos (6).

Tabela 5: Médias dos grupos de países por variável do modelo

Variável / Grupo	1	2	3	4	5	6	7
Fel	7,463	5,676	7,155	6,238	6,650	7,299	6,429
PIBpc	54.912,71	28.386,99	54.106,97	43.735,81	19.585,78	46.353,69	40.164,86
Des	0,058	0,052*	0,054	0,075	0,092	0,052*	0,070
Gin	0,265	0,364	0,350	0,305	0,476	0,338	0,336
GPS	0,252	0,152	0,182	0,216	0,110	0,177	0,193
ISau	0,080	0,040	0,107*	0,061	0,050	0,070	0,061
IEdu	0,054	0,037	0,043	0,037	0,046	0,043	0,040
ID	9,418	6,480	8,565	7,656	7,103	9,175	7,710
IPC	83,800	51.667	78,500	62,792	44,667	83,000	62.778
IPGen	0,825	0,666	0,744	0,735	0,712	0,761	0,733
IGP	1,361	2,208	1,781	1,581	2,109	1,346*	1,713

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial, Happiness Report, Institute for Economics na Peace, OECD,

The Economist, Transparency International, World Economic Forum.

* Valores que superam os nórdicos na variável em questão.

No intuito de se comparar as médias para cada variável de cada grupo, fez-se um teste estatístico de hipótese de diferença de médias por meio do teste T⁹. Assim, primeiramente, optou-se pela condução de um teste de tipo unicaudal em função de se esperar que os valores nórdicos sejam melhores *vis à vis* a qualquer grupo (como demonstrado na análise da tabela anterior). Então, para se continuar o teste e determinar se as variâncias das duas amostras em comparação eram homocedásticas ou heterocedásticas, fez-se necessária a condução do teste F¹⁰. A partir dos resultados desse, o teste t pode ser conduzido com as seguintes hipóteses:

H0: não existe diferença significativa entre as médias dos grupos comparados

H1: existe diferença significativa entre as médias dos grupos comparados

Deve-se mencionar que, para a execução do teste, assume-se que todas as condições para inferência foram atendidas (condição aleatória, condição normal, condição de independência) e utiliza-se um número de significância (α) de 5%. Assim, se o p-valor é menor que 0,05, rejeita-se H0 em favor de H1, enquanto que se o p-valor é maior que 0,05 (alfa), aceita-se H0. A partir disso, os resultados de p-valor calculados no teste T são apresentados na tabela 6.

⁹ O teste T possui o objetivo de comparar a média de duas séries, ou seja, testar se existe ou não diferença significativa entre a média de uma série 1 e a média de uma série 2 (Bussab; Morettin, 2010).

¹⁰ O teste F é utilizado para testar se as variâncias são iguais (homocedásticas) ou diferentes (heterocedásticas) - testando a hipótese nula H0 de que elas sejam supostamente iguais (homocedásticas) contra a hipótese de serem supostamente diferentes (H1). Se o p-valor calculado for menor que 0,05 (alfa), rejeita-se H0 em favor de H1 de que a diferença entre as variâncias seja diferentes (heterocedásticas), já se o p-valor for maior que 0,05 (alfa) - aceita-se H0 de que a diferença entre as variâncias seja iguais (homorocedásticas) (Bussab; Morettin, 2010).

Tabela 6: resultados de p-valor do teste T de diferença de médias

Variável / Comparaçāo	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	1 vs 6	1 vs 7
Fel	0,00	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00
PIBpc	0,00	0,44*	0,02	0,00	0,08*	0,00
Des	0,36*	0,40*	0,20*	0,01	0,35*	0,24*
Gin	0,00	0,14*	0,00	0,00	0,00	0,00
GPS	0,00	0,07*	0,07*	0,00	0,06*	0,02
ISau	0,01	0,27*	0,02	0,00	0,13*	0,04
IEdu	0,00	0,04	0,00	0,05*	0,05*	0,00
ID	0,01	0,04	0,00	0,00	0,19*	0,00
IPC	0,00	0,10*	0,00	0,00	0,43*	0,00
IPGen	0,00	0,02	0,00	0,00	0,05*	0,00
IGP	0,01	0,27*	0,09	0,00	0,46*	0,05*

Fonte: elaboração própria.

* Resultado que aceita H0 a um nível de significância de 5%.

Na comparação dos nórdicos com os asiáticos (1 vs 2), europeus (1 vs 4), latinos (1 vs 5) e mundo (1 vs 7), observa-se como tendência geral a existência de diferenças significativa entre as médias dos grupos comparados, i.e., de fato há grande singularidade entre os países nórdicos *vis à vis* aos grupos citados quanto aos seus resultados em basicamente todas as 11 variáveis analisadas. As exceções ocorreram nas seguintes variáveis: i. desemprego (para asiáticos, europeus e mundo); ii. GPS (europeus); iii. investimento em educação (latinos); iv. IGP (mundo).

Por outro lado, em consonância com a análise da tabela 5, a tabela 6 indica uma tendência geral de que não existe diferença significativa entre as médias do grupo nórdico com o grupo Canadá-EUA (3) e oceânicos (6), sobretudo, com o último. As exceções se fazem presentes nas variáveis a seguir: i. felicidade (3 e 6); ii. índice de Gini (6); iii. investimento em educação, ID e IPGen (3).

3.2 Discussões dos resultados econométricos

Uma vez elaborado o modelo econométrico apresentado na equação (1) e sistematizado os dados das bases estatísticas mencionadas, conduziu-se a regressão para estimar os condicionantes das médias de felicidade dos países por meio do método de MQO a 95% de nível de confiança. Assim, prosseguir-se-á com a descrição de como as variáveis

foram tratadas para a estimação e, em seguida, com a análise dos resultados encontrados.

Com base na tabela 7, para evitar problemas de multicolinearidade, foi necessário retirar do modelo as variáveis IPC e GINI e, em razão do PIBpc se tratar de uma variável estritamente positiva e com valores relativamente muito maiores *vis à vis* às demais variáveis explicativas, será aplicado o logaritmo natural (LN) em toda a sua série. Dessa forma, a nova versão criada, denominada doravante de modelo final, apresenta-se como na equação abaixo:

$$Fel = \beta_0 + \beta_1 LNPIBpc + \beta_2 Des + \beta_3 GPS + \beta_4 ISau + \beta_5 IEdu + \beta_6 ID + \beta_7 IPGen + \beta_8 IGP + u \quad (2)$$

Tabela 7: teste de correlação entre as variáveis explicativas do modelo inicial

Variável /Variável	PIBpc	Des	Gin	GPS	ISau	IEdu	ID	IPC	IPGen	IGP
PIBpc	1,00	-0,25	-0,49	0,36	0,49	0,09	0,64	0,75*	0,40	-0,46
Des	-0,25	1,00	0,26	0,08	-0,18	-0,06	-0,12	-0,33	-0,13	0,17
Gin	-0,49	0,26	1,00	-0,64	-0,33	0,03	-0,37	-0,52	-0,41	0,56
GPS	0,36	0,08	-0,64	1,00	0,50	0,12	0,28	0,44	0,36	-0,39
ISau	0,49	-0,18	-0,33	0,50	1,00	0,35	0,49	0,64	0,43	-0,34
IEdu	0,09	-0,06	0,03	0,12	0,35	1,00	0,41	0,38	0,52	-0,14
ID	0,64	-0,12	-0,37	0,28	0,49	0,41	1,00	0,82*	0,62	-0,66
IPC	0,75*	-0,33	-0,52	0,44	0,64	0,38	0,82*	1,00	0,62	-0,67
IPGen	0,40	-0,13	-0,41	0,36	0,43	0,52	0,62	0,62	1,00	-0,49
IGP	-0,46	0,17	0,56	-0,39	-0,34	-0,14	-0,66	-0,67	-0,49	1,00

Fonte: elaboração própria.

* Correlação superior a 70%.

Neste contexto, estimou-se as equações (1) e (2) e sintetizou-se os resultados na tabela abaixo. A amostra de ambos os modelos consiste em 45 países. Quanto ao ajuste do modelo, i.e., o R² ajustado – recomendado no caso de comparação entre dois modelos com quantidades de preditores diferentes (Wooldridge, 2010) – indicou uma melhora entre o modelo inicial (0,686) e o modelo final (0,713) ceteris paribus, ou seja, o modelo final explica 71,3% das variações encontradas nas médias de felicidade subjetiva reportada dos países. Deve-se ressaltar que a equação (2) não se trata de um modelo teórico com indicações pré-definidas tanto para as variáveis quanto para a forma funcional. Desse modo, o R² ajustado do modelo final indica razoável bom potencial explicativo, dadas as limitações do exercício

conduzido.

Tabela 8: síntese dos resultados econôméticos

Variável	Modelo Inicial		Modelo Final	
	Beta	P-Valor	Beta	P-Valor
Intercepto	2,259	0,164	-5,751	0,020
PIBpc	0,000	0,017*	-	-
LNPIBpc	-	-	0,806	0,001*
Des	1,486	0,540	-0,060	0,976
Gin	-0,341	0,836	-	-
GPS	-4,783	0,017*	-4,051	0,009*
ISau	11,135	0,013*	7,897	0,068**
IEdu	33,786	0,005*	35,529	0,001*
ID	0,017	0,870	0,094	0,255
IPC	0,010	0,341	-	-
IPGen	1,838	0,359	1,864	0,320
IGP	0,199	0,411	0,295	0,174
R ² ajustado	0,686		0,713	
Nº de obs.	45		45	

Fonte: elaboração própria.

* Valores estatisticamente significantes com $\alpha = 5\%$.

** Valor estatisticamente significante com $\alpha = 10\%$.

Como apontado por Campetti e Alves (2015), uma vez que a presente investigação não se pretende a fazer testes de hipótese ou previsões, mas determinar os betas e sua significância estatística, uma eventual constatação de presença de heterocedasticidade checada pelo método White não seria um problema, ainda que feriria uma das hipóteses básicas para modelos de regressão por MQO. Isso ocorre em razão do fato de que, na presença de heterocedasticidade, os preditores de MQO para os parâmetros são, ainda assim, não tendenciosos e consistentes, mas não eficientes, de forma que as variâncias dos parâmetros estimados não sejam variâncias mínimas (Pindyck e Rubinfeld, 2004).

Quanto à significância dos betas, observa-se que o modelo inicial apresenta as variáveis explicativas PIBpc, GPS, ISau e IEdu estatisticamente significantes (ES) com $\alpha = 5\%$, enquanto o modelo final possui PIBpc, GPS e IEdu ES com $\alpha = 5\%$ e ISau estatisticamente significante com $\alpha = 10\%$ (metade das variáveis independentes do último modelo são ES a

10%). Ainda em comparação entre os dois modelos, ressalta-se que o primeiro apresenta betas com sinais opostos aos esperados no quadro 2 para desemprego, GPS e IGP, enquanto o último o faz apenas para GPS e IGP. Outrossim, um motivo adicional de melhora entre a primeira e a última regressão é que ambas as variáveis retiradas (Gin e IPC) eram consideravelmente não significantes (*p*-valores de 0,835 e 0,341 respectivamente).

Sendo assim, prosseguir-se-á apenas com a análise dos estimadores do modelo final. In summa, metade dos preditores do modelo são estatisticamente significantes a 10%, dos quais três são altamente significantes (*p*-valor abaixo de 0,01), e seis deles confirmaram o sinal esperado com base na revisão da literatura sobre a Economia da Felicidade feita no quadro 2. Deve-se realçar o fato de que duas das três variáveis altamente significativas estão relacionadas diretamente às características e políticas do Estado de bem-estar social investigadas na seção 2 (GPS e IEdu), enquanto a terceira variável dessa categoria (ISau) se apresentou estatisticamente significante a 10%. Ademais, sublinha-se que o LNPIBpc demonstrou um beta positivo (maior renda engendra maior felicidade) como também encontrado em demais estudos do campo com dados de corte transversal – diferentemente de estudos com séries temporais em que o crescimento da renda tende a estabilizar sua contribuição para a felicidade nos países ou mesmo tende a influenciar de modo negativo.

Por mais que o modelo final tenha aumentado a significância da variável GPS *vis à vis* ao inicial, seu coeficiente β demonstrou-se negativo em ambas as regressões, em oposição ao sinal esperado. Quanto ao IGP, ele também apresentou um sinal invertido ao esperado. Neste caso, parte da explicação pode estar associada ao fato de que 5 dos 10 outliers encontrados por Aribé Jr. e Panes (2019) estarem na amostra do modelo, são eles: i. Colômbia; ii. Israel; iii. México; iv. Rússia; v. Turquia. Eles fazem parte do grupo atípico de países que possuem resultados de felicidade reportada acima da média justamente no Relatório Mundial da Felicidade e que apresentam níveis baixos ou muito baixos de paz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se une aos anteriores conduzidos no campo da Economia da Felicidade, sobretudo, dentro da temática da contribuição de políticas de bem-estar social

para a promoção da satisfação geral com a vida. Por meio dele, buscou-se de forma geral compreender a importância do exitoso modelo de Estado de bem-estar social nórdico sobre a felicidade excepcional da região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) no Relatório Mundial da Felicidade.

Para tanto, executou-se uma revisão extensiva da literatura acerca da Economia da Felicidade e dos condicionantes da felicidade (satisfação geral com a vida), e investigou-se, por um lado, o Estado de bem-estar social nórdico e a excepcionalidade de seus países e, por outro, possíveis relações entre ambos. A partir disso, buscou-se conduzir análises estatísticas e econômicas - esta via regressão linear múltipla por MQO com dados principalmente vindos do Relatório Mundial da Felicidade, OCDE e Banco Mundial para uma amostra de corte transversal no caso de 45 países em 2017.

Diante disso, a hipótese central definida nesta pesquisa é de que há relevância das políticas de bem-estar social, *i.e.*, a essencialidade do Estado como garantidor tanto de condições básicas de sobrevivência como de desenvolvimento da população em termos de saúde, educação e renda para geração de melhores níveis de satisfação de vida (felicidade) dos indivíduos - refletidos no Ranking da Felicidade.

Assim, as análises apresentadas nas seções 2 e 3 indicaram que os países nórdicos de fato possuem um modelo de Estado de bem-estar extenso e excepcional que possibilita um excelente desempenho em diversos indicadores socioeconômicos, dentre eles a felicidade, o que possibilitou a confirmação da hipótese do trabalho.

Neste quadro, por mais que haja uma grande diferença entre a compreensão do caminho trilhado por uma sociedade com níveis elevados de felicidade e o conhecimento de como levar outro país para a mesma direção, bem como as peculiaridades *sui generis* sociais e históricas que possibilitaram esse caminho, pode-se indicar certas orientações gerais (ou mesmo focos de ocupação estatal) para auxiliar outros países, como o Brasil, a estabelecer um planejamento de políticas públicas rumo ao aumento da satisfação geral com a vida de seus cidadãos com base na experiência do Estado de bem-estar social nórdico, são elas: i) melhorar a distribuição de renda, que poderá fortalecer a demanda interna e reduzir

criminalidade (aumentar a segurança/paz); ii) aumentar o investimento em saúde, bem como a disponibilidade de médicos por 1.000 habitantes; iii) aumentar o investimento em educação (em todos os níveis) para melhorar a qualificação e competitividade de sua força de trabalho, bem como reduzir o desemprego; v) fortalecer mecanismos de qualidade e eficiência das instituições estatais para que possam produzir os resultados que prometem; vi) estabelecer reformas para o aumento da fiscalização e transparências dos poderes, no sentido de lograr a conquista de maior confiança da população e possibilitar não só a implementação de políticas sociais, mas também a sua manutenção; vii) garantir uma rede de seguridade social capaz de amparar os cidadãos em meio a distintas adversidades, sobretudo, as potencialmente disruptivas como as referentes à quarta revolução industrial; viii) construir um senso de coletividade necessário ao apoio das políticas de bem-estar social ao longo do tempo, de forma autônoma aos governos que se sucederem – um dos aspectos basilares do modelo nórdico; ix. garantir a representação e participação feminina nas esferas de poder político (e.g. via introdução de cotas para mulheres no legislativo e executivo), bem como reduzir a disparidade de gênero com respeito às oportunidades educacionais, laborais e salariais.

Quanto a dificuldades encontradas na pesquisa, deve-se ressaltar, finalmente, que a coleta de dados feita particularmente para o capítulo III demonstrou certos desafios. O maior deles diz respeito à falta de base de dados para variáveis ligadas ao Estado de bem-estar social (informações “macro”) para uma quantidade maior de países, cuja consequência/limitação mor pode ser considerada o fato da amostra de 45 países para o modelo econométrico conter basicamente os países mais ricos de cada continente e excluir todo o continente africano (em contraste *vis-à-vis* a bases com dados acerca de informações individuais, “micro”, como estado civil, idade, escolaridade, sexo, região, religião, etnia, renda, posição relativa da renda e desemprego disponíveis para grandes grupos de países – tais quais são encontradas na *World Values Survey*). Outrossim, as limitações das bases de dados também restringiram o número de observações e, por consequente, a qualidade dos estimadores por MQO.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, T. M. et al. THE NORDIC MODEL: Embracing globalization and sharing risks. **The Research Institute of Finnish Economy (ETLA)**. Helsinki: Editora Taloustieto Oy, 2007.

ARIBE JR., S. G.; PANES, J. M. M. Will State of Happiness Assure Global Peace? **Asia Pacific Journal of Social and Behavioral Sciences**, Malaybalay City, vol. 16, p.87-98. 2019. Disponível em:
<https://research.buksu.edu.ph/index.php?journal=APJSBS&page=article&op=view&path%5B%5D=154>. Acesso em: 14 abr. 2021.

AUDETTE, A. P. et al. (E)Quality of life: A cross-national analysis of the effect of gender equality on life satisfaction. **Journal of Happiness Studies**, v. 20, n. 7, p. 2173-2188, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-018-0042-8>. Acesso em: 04 out. 2024.

Banco Mundial. World Development Indicators. In: World Bank Data. **Base de Dados**. 2022. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BERGH A. The Rise, Fall and Revival of the Swedish Welfare State: What are the Policy Lessons from Sweden? **Research Institute of Industrial Economics**, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jun. 2022.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. In: **Estatística básica**. 2010. p. xvi, 540-xvi, 540.

CAMPETTI, P. H. M.; ALVES, T. W. Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina. **Revista Pesquisa & Debate**, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>. Acesso em: 6 abr. 2021.

CIA. THE World Factbook. **Base de dados**. 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), p. 518-536, out-dez 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400003. Acesso em: 14 mar. 2021.

EASTERLIN, R. A. An Economist's Lessons on Happiness. Farewell Dismal Science! **Springer Nature Switzerland**: Cham, Suiça, 2021.

EASTERLIN, Richard Ainley. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.). **Nations and Households in Economic Growth**: Essays in Honor of Moses Abramovitz, p. 89-125. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FREY, B. S.; STUTZER, A. The Economics of Happiness. **World Economics**, v. 3, n. 1, p. Jan./Mar. 2002. Disponível em: https://bsfrey.ch/articles/_365_2002.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

HILSON, Mary. The nordic model scandinavia since 1945. London: **Reaktion Books**, 2008.

ILO. Women in managerial and leadership positions in the G20 - Data availability and preliminary findings. In: International Labour Organization reports for the G20. **Base de Dados**. 2020. Disponível em: http://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer18/?lang=en&segment=indicator&id=SDG_T552_NOC_RT_A. Acesso em: 8 jun. 2021.

Institute for Economics and Peace. **Global Peace Index 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/reports/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

IPU Parline. **Base de dados. 2022**. Disponível em: https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent_women_percent&structure=any__lower_chamber#map. Acesso em: 19 jul. 2022.

KUHNLE. O estado de bem-estar social nos países nórdicos. O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI. São Paulo: LTr, 2007.

LIMA, Sabrina V. **Economia e Felicidade**: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. Ribeirão Preto, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-15052007-142028/pt-br.php>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LINDMARK, Daniel. Educational History in the Nordic Region: Reflections from a Swedish Perspective. In: **Espacio, Tiempo y Educación**, Salamanca, vol. 2, n. 2, p. 7-22. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4774/477447182001.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARKKOLA Pirjo, NAUMANN Ingela K. Lutheranism and the Nordic Welfare States in

p. 108 – Excepcionalidade nórdica: impactos do Estado de bem-estar social no ranking da felicidade

Comparison. **Journal of Church and State**, Volume 56, Issue 1, Winter 2014, p. 1–12. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jcs/cst133>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARTELA, F. et al. The Nordic Exceptionalism: What Explains Why the Nordic Countries are Constantly Among the Happiest in the World. In: HELLIWELL, J. F. et al. **World Happiness Report 2020**. New York: **Sustainable Development Solutions Network**, 2020. p.129-146, Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

NATO. **Finland and Sweden submit applications to join NATO**. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_195468.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

NATO. **Portal virtual**. 2023. Disponível em: <https://www.nato.int/>. Acesso em: 17 abril 2023.

NØHR, Christian et al. Nationwide citizen access to their health data: analysing and comparing experiences in Denmark, Estonia and Australia. **Health Services Research**, vol. 17, n. 534. 2017. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12913-017-2482-y.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NORDIC Co-operation. **Portal virtual**. 2022. Disponível em: <https://www.norden.org/en>. Acesso em: 19 jul. 2022.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. OECD Data. **Base de Dados**. 2021. Disponível em: <https://data.oecd.org/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

OECD. **Portal virtual**. Disponível em: <https://www.oecd.org/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. UN Data. **Base de Dados**. 2021. Disponível em: <https://data.un.org/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

O'CONNOR, K. J. Happiness and Welfare State Policy Around the World. **Review of Behavioral** 2017, 4: p. 397–420. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kelsey_OConnor/publication/321948496_Happiness_and_Welfare_State_Policy_Around_the_World/links/5b8ec4fe45851540d1c900bd/Happiness-and-Welfare-State-Policy-Around-the-World.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria: modelos e previsões**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ROJAS, M. The relevance of Richard A. Easterlin's Groundbreaking Work. A historical perspective. In: ROJAS, M. et al. **The Economics of Happiness. How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress**. Springer Nature Switzerland:

Cham, Suíça, 2019.

RUSSEL, Helen. O segredo da Dinamarca. São Paulo: **LeYa**, 2016.

STUTZER, Alois; FREY, Bruno S. Recent Developments in the Economics of Happiness: A Selective Overview. IZA Discussion Paper Series, n. 7078. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2192854. Acesso em: 19 jul. 2022.

THE ECONOMIST. Intelligence Unit. Democracy Index 2019 report – A year of democratic setbacks and popular protests, Londres: **The Economist**. 2019. Disponível em: <http://www.eiu.com/topic/democracy-index/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Corruption Perception Index report 2019. **Base de Dados**. 2019. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2019/index/nzl>. Acesso em: 10 jun. 2021.

União Europeia. **Portal virtual**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/index_pt. Acesso em: 19 jul. 2022

UNIVERSITAS21. **Portal virtual**. Disponível em: <https://universitas21.com/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: **Cengage Learning**, 2010.

World Economic Forum. **Global gender report**, 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2022/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

World Happiness Report. **Base de dados**. 2023. Disponível em: <https://worldhappiness.report/>. Acesso em: 30 mar. 2023.